

Comitê assessor tem pressa em fechar acordo plurianual

por Paulo Sotero
de Washington

Alarmados com o clima de incerteza criado no Brasil pela doença de Tancredo Neves e inseguros sobre a durabilidade do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, e de sua equipe no poder, após a morte do presidente eleito, os administradores do comitê de bancos credores da dívida externa brasileira chegaram à conclusão de que sua melhor alternativa é tentar concluir o acordo de reescalonamento plurianual acertado nas últimas semanas do governo Figueiredo o mais rápido possível, dentro do prazo de 31 de maio, quando expiram as medidas interinas adotadas para cuidar dos vencimentos do principal

dos primeiros meses de 1985 e das linhas de crédito e interbancárias.

Foi isso, em essência, o que o presidente do comitê, William Rhodes, do Citibank, e seus co-presidentes, Leighton Coleman, do Morgan Guaranty, e Guy Huntrods, do Lloyds, reiteraram ao presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, durante almoço, ontem, na sede do Citibank, em Nova York. Lemgruber disse aos jornalistas, na véspera, que não tinha encontro marcado com Rhodes. Fontes bancárias informaram, contudo, que o encontro estava acertado há mais de uma semana.

PEDIDOS DE CRÉDITO

Para alívio dos banqueiros, que se haviam inquieto

tado na semana passada com informações contraditórias do Ministério da Fazenda e do BC sobre necessidade de dinheiro novo, Lemgruber não trouxe nenhuma surpresa", disse a este jornal uma fonte do comitê. "Ele disse que está tudo nos trilhos e o Brasil não apresentará nenhum pedido de novos créditos." Tal pedido, dizem fontes bancárias, liquidaria com as chances de uma renegociação plurianual.

"A idéia era ter finalizado as negociações com o governo anterior. Agora, com a situação criada pela ausência do Tancredo, ninguém sabe quanto tempo o Dornelles vai durar, e os bancos não estão dispostos a esperar para ver quem será seu sucessor. A possibilidade de fechar o acordo existe agora, nas próximas semanas. Depois, ninguém sabe o que vai acontecer.", disse a este jornal uma fonte financeira bem informada.

A ansiedade dos bancos em concluir o acordo com o Brasil é reforçada pelas turvas perspectivas de negociação das dívidas de três outros países latino-americanos, a Argentina, o Chile e o Peru. No início de maio, a Argentina estará 180 dias em atraso no pagamento de juros. As negociações do governo de Buenos Aires com o FMI empacaram e o governo Alfonsín, que está iniciando o julgamento dos líderes da ditadura militar, começou a trafegar numa zona de instabilidade. O Chile, por sua vez, está pedindo dinheiro novo pelo terceiro ano consecutivo no reescalonamento de sua dívida de US\$ 14 bilhões com os bancos. O governo Pinochet quer US\$ 1,5 bilhão em novos créditos, o dobro do que pediu no ano passado, e os bancos não estão dispostos a dar. No Peru, finalmente, que deve US\$ 5,5 bilhões aos bancos, o novo virtual presidente da República, Alan García, já avisou que não vai rezar pelo ceticismo do FMI.

POLÍTICA INTERNA

Diante de tais circunstâncias, ponderou uma fonte familiarizada com o comitê de bancos, deixar a renegociação com o Brasil aberta por muito mais tempo, sujeita às intempéries da política interna, que se anunciam pesadas, é um risco que os administradores do comitê não estão integrados em correr. "Nós precisamos das boas notícias, e o governo brasileiro também tem interesse em que o negócio seja rapidamente concluído, pa-

ra se beneficiar da redução dos 'spreads' e poder concentrar-se em outros assuntos", lembrou a fonte.

"A ordem", acrescentou, "é fechar com o Brasil e a Venezuela o mais rápido possível." Conversas decisivas com a Venezuela estão marcadas para a semana que vem. No caso do Brasil, o sentido de urgência está sugerido pela decisão de se antecipar a retomada das negociações. Inicialmente previstas para "os primeiros dias de maio", segundo um comunicado do comitê de bancos, elas deverão começar, agora, no dia 29 de abril. É possível que no primeiro dia da reunião, ou mesmo na sexta-feira, dia 26, o comitê tenha seu primeiro encontro com o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, que, salvo imprevisto, deve viajar aos Estados Unidos em meados da semana que vem. Em Washington, Dornelles se reunirá com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, formalizando o pedido de envio ao Brasil de uma missão do Fundo para negociar um novo programa de austeridade econômica.

MISSÃO DO FMI

Quando a missão do Fundo chegar a Brasília, já terá voltado de lá a delegação de economistas do comitê de bancos, chefiada por Douglas Smee, do Banco de Montreal. Smee e seus colegas partem neste fim de semana, com a missão de conferir alguns números e confirmar as informações prestadas por Lemgruber a Rhodes, Coleman e Huntrods. "A missão fundamental dos economistas é analisar as perspectivas da balança comercial e determinar se o Brasil, de fato, não precisará de dinheiro novo", disse uma fonte. "O Lemgruber pediu para fazer algumas pequenas mudanças nos contratos, mas é questão de detalhe e não haverá problema." Uma das mudanças só que o presidente já antecipou ao comitê refere-se à cláusula que estabelece a "vigilância reforçada" do FMI sobre a economia brasileira pelo período de validade do reescalonamento, depois que expirar o terceiro ano do programa de ajustamento econômico iniciado em 28 de fevereiro de 1983. A "vigilância reforçada", que consta do acordo plurianual celebrado pelo México, significa que o país aceitará que sua economia seja submetida a duas auditorias" por ano pelos funcionários do FMI.